

Adecco Recursos Humanos S.A.

CNPJ/MF nº 35.918.663/0001-74

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Receita líquida da prestação de serviços		17 605.051	479.820	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Circulante				Custos dos serviços prestados		18 (498.127)	(391.572)	Lucro antes do IRPJ e da CSLL		6.642	3.555
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.127	7.582	Lucro bruto		106.924	88.248	Ajustes por itens que não afetam o caixa:			
Contas a receber líquidas	5	133.724	94.369	Despesas operacionais		19 (63.804)	(51.781)	Ajuste de exercícios anteriores		(2.282)	
Impostos a recuperar	6	8.215	9.103	Despesas administrativas		19 (31.359)	(30.210)	Amortização de direito de uso	14	1.522	1.491
Despesas antecipadas		2.853	2.749	Despesas com serviços profissionais				Atualização monetária de passivo de arrendamentos			
Outros créditos		7.149	523	Depreciação e amortização		(1.542)	(1.508)	Depreciação	8	1.103	1.056
Total do ativo circulante		156.068	114.326	Despesas com acordos trabalhistas		(86)	(37)	Amortização	9	407	451
Não circulante				(Despesas) provisões/reversões de demandas judiciais e administrativas		(1.829)	1.624	Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	5	(2.890)	346
Depósitos judiciais	7/13	6.250	7.086	(Perda) com alienação de ativos não circulantes		(50)	(113)	Provisão (reversão) de demandas judiciais e administrativas	13	1.280	(2.124)
Impostos a recuperar	6	3.301	3.301	Lucro antes das despesas financeiras		8.254	6.223	Atualização Refis		8	(7)
Partes relacionadas	12	3.168	6.905	Resultado financeiro		20 (1.612)	(2.668)	Baixa de ativo imobilizado	8	366	124
Imobilizado	8	4.651	4.220	Lucro antes do IRPJ e da CSLL		6.642	3.555	Baixa de ativo intangível	9	-	37
Direitos de uso	14	3.493	3.903	IRPJ e CSLL corrente		21 (1.625)	(451)	Atualização monetária de depósito judicial		-	(301)
Intangíveis	9	1.176	1.326	Lucro do exercício		5.017	3.104	Juros sobre empréstimo		236	25
Ativo diferido		3.060	3.060	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Redução (aumento) nos ativos:			
Total do ativo não circulante		25.099	29.801	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				Contas a receber	5	(36.465)	(25.191)
Total do ativo		181.167	144.127	2023	2022			Impostos a recuperar	6	889	(200)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Outros resultados abrangentes		5.017	3.104	Despesas antecipadas		(104)	(176)
				Resultado abrangente do exercício		5.017	3.104	Outros ativos		(6.626)	146
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Partes relacionadas		3.737	(5.481)
								Depósitos Judiciais pagos (recuperados)		836	1.178
								Aumento (redução) nos passivos:			
								Fornecedores		596	1.552
								IRPJ e CSLL		(1.625)	(1.088)
								Tributos a recolher		1.485	5.001
								Pagamentos demandas judiciais e administrativas		(373)	(11)
								Obrigações trabalhistas		4.678	8.150
								Partes relacionadas		6.729	15.006
								Passivo diferido		-	1
								Bonus a Pagar		1.012	-
								Outros passivos		4.766	889
								Caixa proveniente das atividades operacionais		(13.660)	4.855
								Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
								Aquisição de ativos imobilizados	8	(1.900)	(2.918)
								Aquisição de ativos intangíveis	9	(257)	(216)
								Caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.157)	(3.134)
								Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
								Captação de empréstimos		18.025	6.097
								Pagamento de empréstimos		(3.819)	(7.000)
								Pagamento de passivo de arrendamento		(1.844)	(1.793)
								Dividendos pagos		-	(928)
								Caixa aplicado nas atividades de financiamento		12.362	(3.624)
								Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.455)	(1.903)
								Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.582	9.485
								Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.127	7.582
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros (prejuízos) a Realizar	Lucros (prejuízos) Acumulados	Patrimônio
Saldos em 31/12/2021	49.683	55	218	4.144	3.104	54.100
Lucro do exercício	-	-	-	-	(928)	(928)
Dividendos pagos	-	-	-	-	(155)	(155)
Reserva legal	-	-	155	-	(2.021)	(2.021)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	2.021	-	-
Saldos em 31/12/2022	49.683	55	373	6.165	5.017	56.276
Lucro do exercício	-	-	-	-	(2.282)	(2.282)
Ajuste de exercícios anteriores - Nota 5	-	-	-	-	(251)	(251)
Reserva legal	-	-	251	-	(1.254)	(1.254)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	3.512	(3.512)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	49.683	55	624	8.649	-	59.011
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações sobre a Companhia: A Adecco Recursos Humanos S.A. (doravante denominada "Companhia" ou "Adecco") tem sede na cidade de São Paulo, à Avenida Paulista, 283 - 17º Andar, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo Brasil. A Companhia foi constituída em 10/04/2002 sob a forma de Sociedade por ações de capital fechado e tem como atividade principal a locação de mão de obra temporária e a prestação de serviços de administração de mão-de-obra temporária na forma da Lei nº 6.019/74, a prestação de serviços de recrutamento e seleção de profissionais e terceirização de serviços profissionais. Em 10/12/2021, a Companhia aumentou o capital para R\$ 49.683 com um aumento de R\$ 43.576, mediante a emissão de 435.758 (quatrocentas e trinta e cinco mil, setecentas e cinquenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 100,00 (cem reais) por ação, sendo este valor subscrito e integralizado pela acionista Adecco Agrup AG. Com isso a Companhia passou a ter 1.316.244 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, duzentas e quarenta e quatro) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e 3 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 5,00 (cinco reais) cada. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.2 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas melhores estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais e administrativas. A autorização para conclusão da preparação dessas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria de 03/06/2024. **2. Políticas contábeis:** A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2023, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1. Reconhecimento da receita:** A receita mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita na prestação de serviços é reconhecida no resultado quando o serviço já tiver sido prestado, seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços tiverem sido transferidos ao tomador e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A Companhia considera ainda se há outras promessas que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a venda, a Companhia, se houver, considera os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da prestação de serviços para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. **2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3. Custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, a qual pode ser: **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados entre as categorias mencionadas a seguir, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos: i. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** incluem ativos

financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos como receitas e despesas financeiras. Foram classificados nesta categoria os equivalentes de caixa. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Foram classificados nesta categoria as contas a receber, outros créditos e créditos com partes relacionadas. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo exercirem; - A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Redução do valor recuperável dos ativos:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados entre as categorias a seguir, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos: i. **Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. ii. **Empréstimos e recebíveis:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do passivo financeiro. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Redução do valor recuperável dos ativos:** O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Contas a receber líquidas:** Estão demonstradas pelos respectivos valores de realização, líquidas da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa conforme apresentado na Nota 5. **2.7. Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual foi calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Perda por redução ao valor não recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas opera-

cionais. **2.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes. **2.10. Tributação:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto as autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

PIS - Programa de Integração Social	1,65% sistema de não-cumulatividade
CÓFINS - CSLL para Financiamento da Seguridade Social	7,60% sistema de não-cumulatividade
ISS - Imposto Sobre Serviços	Variando de 2% a 5%

Esses encargos são registrados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **IRPJ e CSLL:** A tributação sobre o lucro compreende o IRPJ e a CSLL. O IRPJ é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a CSLL é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecido pelo regime de competência. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou as exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Créditos tributários diferidos somente são registrados na extensão em que for provável sua realização. A Companhia optou por não contabilizar os créditos de IRPJ e CSLL diferidos decorrentes dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuições enquanto a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis consistente que assegure a realização dos créditos tributários diferidos em um prazo previsível e razoável. **2.11. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **2.12. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado para a qual é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. **2.13. Arrendamento mercantil:** O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Despesas Administrativas"/"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor. (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável. (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. Considera-se o custo médio das dívidas ativas para todos os contratos classificados

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Adecco Recursos Humanos S.A.									
de liquidez de uma entidade. c) Alterações ao IFRS 16 (CPC 06):									
Passivo de Locação em um "Sale and Leaseback": O IASB emitiu alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. Em análise aos novos pronunciamentos e normas ainda não vigentes, a Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pela CVM. 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requerem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: Provisões para demandas judiciais e administrativas A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Impostos Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. 4. Caixa e equivalentes de caixa:									
	2023	2022							
Caixa e bancos	3.284	5.663							
Aplicação financeira	843	1.919							
	4.127	7.582							
As aplicações financeiras referem-se principalmente a certificados de depósitos bancários (CDBs) remunerados, em 31/12/2023 e 2022, a taxa média de 5% a.a. atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Companhia, sem ônus. Atualmente a Companhia mantém suas aplicações financeiras no Banco Bradesco.									
5. Contas a receber líquidas:									
	2023	2022							
A faturar	63.052	36.508							
Faturadas:									
A vencer	67.473	51.387							
Vencidas de 1 a 30 dias	4.674	5.601							
Vencidas de 31 a 60 dias	721	788							
Vencidas de 61 a 90 dias	67	85							
	74.135	63.869							
8. Imobilizado:									
	Equipamento de processamento de dados	Benefícios em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total			
Custo									
Saldos em 31/12/2021	4.119	1.596	680	53	-	6.448			
Adições	1.011	1103	379	11	414	2.918			
Baixas	(130)	(289)	(3)	(3)	(414)	(836)			
Saldos em 31/12/2022	5.000	2.410	1.059	61	-	8.530			
Adições	573	328	49	0	950	1.900			
Baixas	(172)	0	(18)	0	(281)	(471)			
Saldos em 31/12/2023	5.401	2.738	1.090	61	669	9.959			
Depreciação									
Saldos em 31/12/2021	(1.795)	(1302)	(421)	(34)	-	(3.552)			
Adições	(685)	(301)	(68)	(2)	-	(1056)			
Baixas	22	276	-	-	-	298			
Saldos em 31/12/2022	(2.458)	(1.327)	(489)	(36)	-	(4.310)			
Adições	(739)	(303)	(61)	0	-	(1.103)			
Baixas	100	0	5	0	-	105			
Saldos em 31/12/2023	(3.097)	(1.630)	(545)	(36)	0	(5.308)			
Residual em 31/12/2022	2.542	1.083	570	25	0	4.220			
Residual em 31/12/2023	2.304	1.108	545	25	669	4.651			
Em 2022	20%	20%	10%	10%	10%	10%			
Em 2023	20%	20%	10%	10%	10%	10%			
9. Intangível:									
	Software	Total							
Custo									
Saldos em 31/12/2021	5.040	5.040							
Adições	216	216							
Baixas	(37)	(37)							
Saldos em 31/12/2022	5.219	5.219							
Adições	257	257							
Baixas	-	-							
Saldos em 31/12/2023	5.476	5.476							
Amortização									
Saldos em 31/12/2021	(3.442)	(3.442)							
Adições	(451)	(451)							
Saldos em 31/12/2022	(3.893)	(3.893)							
Adições	(407)	(407)							
Saldos em 31/12/2023	(4.300)	(4.300)							
Residual em 31/12/2022	1.326	1.326							
Residual em 31/12/2023	1.176	1.176							
Taxas médias anuais de amortização									
Em 2022	20%	20%							
Em 2023	20%	20%							
A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma redução ao valor recuperável no exercício findo em 31/12/2023.									
10. Impostos a recolher:									
	2023	2022							
IRPJ Retido na Fonte – IRRF	6.806	6.826							
Programa de Integração Social – PIS	635	498							
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2.876	2.292							
Contribuições de Terceiros	34	18							
Imposto Sobre Serviços – ISS	671	889							
Outros impostos e contribuições	5.055	4.069							
	16.077	14.592							
11. Obrigações trabalhistas:									
	2023	2022							
Salários	6.432	3.494							
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	6.241	6.898							
Fundo de Garantia por tempo de serviço – FGTS	2.896	1.926							
Provisão de férias	16.962	15.327							
INSS sobre férias	3.605	3.517							
FGTS sobre férias	1.041	996							
Provisão indenizações	73	-							
Provisão de 13º salário	-	560							
INSS sobre 13º salário	-	(94)							
FGTS sobre 13º salário	-	(49)							
Pensão judicial	11	9							
Contribuição sindical	61	60							
	37.322	32.644							
12. Partes relacionadas: A Adecco S.A., com sede em Zurich, na Suíça, detém o controle da Companhia com 99,99% do seu capital. As transações com partes relacionadas são efetuadas no âmbito normal de suas operações de acordo com preços específicos pactuados entre as partes. Os principais saldos de ativos, passivos, receitas,									
que estão vinculados à folha de pagamento do Brasil mas exercem atividades para outros países. Os valores faturados geram emissão de nota fiscal de prestação de serviços, bem como invoice e os pagamentos são efetuados através de fechamento de câmbio via Banco Central. A Companhia também realiza operações intercomparativas referente à locação de mão de obra. Passivo circulante e não circulante: A dívida decorrente de despesas compartilhadas pelas empresas do Grupo Adecco no mundo como segue: • Adecco Group AG: custos com diretores de Zona (diretores responsáveis por uma região) e do Corporate, IT Costing Model • Adecco IT Services: Software Operation Support Services (ASOSS) • Adecco Latam Business Solutions - IT Hub Services (Service Desk, Network, System, IT Compliance) A remuneração dos administradores no exercício foi como segue:									
	2023	2022							
Remuneração direta	2.760	2.707							
Benefícios de curto prazo	492	592							
	3.252	3.299							
13. Provisão para demandas judiciais e administrativas:									
	2023	2022							
IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS (Nota 13.1)	1.032	1.362							
Outros processos fiscais judiciais e administrativos (Nota 13.2)	2.492	2.324							
Demandas tributárias	2.105	1.036							
Demandas trabalhistas (Nota 13.3)	5.629	4.722							
	(6.250)	(7.086)							
(-) Depósitos judiciais (Nota 7)	(621)	(2.364)							
A movimentação das provisões foi como segue:									
	2023	2022							
Saldo em 31/12/2021	3.776	3.081							
Adições	-	358							
Atualizações	193	103							
Pagamentos	-	(11)							
Reversões	(283)	(2.495)							
Saldo em 31/12/2022	3.686	1.036							
Adições	262	2.624							
Atualizações	235	101							
Pagamentos	-	(373)							
Reversões	(397)	(1.283)							
Saldo em 31/12/2023	3.524	2.105							
13.1. IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS: A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, principalmente a Receita Federal do Brasil - RFB, envolvendo questões tributárias e outros assuntos. Os processos envolvem autos de infração, execuções fiscais e termos de intimação. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais e na experiência anterior às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montantes suficientes para cobrir as perdas em curso, as quais são consideradas prováveis. Os casos avaliados como possíveis e que apresentam apuração de valores envolvidos, porém não são passíveis de provisão contábil constituem o montante de R\$ 35.759 (R\$ 32.752 em 31/12/2022). 13.2. Processos fiscais judiciais e administrativos: Compreendem processos de FAP/SAT, contestação de cobrança de INSS, cobrança de ISS e outros. Todos estes processos, a exemplo do que acontece com os demais processos, são acompanhados mensalmente pelos assessores jurídicos externos da Adecco em conjunto com o nosso departamento jurídico. Em 23/11/2009, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Refis previsto pela Lei no 11.941/09 para liquidação dos débitos tributários, mediante conversão dos respectivos depósitos judiciais. Os processos que compõe esta adesão já foram quitados mediante conversão dos depósitos judiciais em renda para União. Em 10 de abril de 2023, houve juntada de manifestação pela Caixa Econômica Federal, indicando a transferência dos valores depositados na conta judicial, seguindo com arquivamento definitivo do processo em 11/04/2023. Em 2017 aderimos ao Programa de Parcelamento Fiscal (PERT), dois dos débitos inscritos estão sendo discutidos tendo em vista que a Procuradoria não reconheceu sua inclusão por entender que os mesmos deveriam ter sido pagos com depósitos judiciais que os discutim em processo judicial, assim estes foram inscritos em dívida ativa da União. A respectiva decisão está sendo discutida em esfera judicial. Em 19/07/2023, proferido despacho para que a União se manifeste em relação à garantia do crédito. O valor envolvido neste caso é de aproximadamente R\$ 2.435 (R\$ 2.271 em 31/12/2022). 13.3. Demandas trabalhistas: A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constitui suas provisões baseadas nas análises de probabilidade de perdas prováveis, sendo este considerado montante suficiente para cobrir as perdas com ações em curso, com base na totalidade do valor do processo na fase em análise. As demandas versam sobre pedidos de horas extras, equiparações salariais, danos morais, verbas trabalhistas, nulidade de contrato de trabalho temporário, estabilidade gestante de trabalhadora temporária e vínculo empregatício (clientes). Os casos avaliados como possíveis, assim não são passíveis de provisão contábil constituem o montante de R\$ 7.198 (R\$ 16.176 em 31/12/2022). 14. Arrendamento mercantil: Em 31/12/2023, a Companhia possui 22 contratos de arrendamentos (16 contratos em 31/12/2022) reconhecidos em seu balanço patrimonial. Os contratos finalizados foram baixados contabilmente e não apresentam nenhuma obrigação futura de pagamento.									
	2023	2022							
Ativo Circulante									
Edifícios	-	-							
Veículos	-	-							
Não circulante									
Edifícios	3.493	3.903							
Veículos	2.568	3.001							
	925	902							
	3.493	3.903							
A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de impairment e não identificou impactos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31/12/2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos. Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos:									
	2023	2022							
Direito de uso dos ativos									
Edifícios	3.001	(988)							
Veículos	902	(534)							
	3.903	(1.522)							
Passivo dos arrendamentos 01/01/2023									
	2023	2022							
Edifícios	3.001	(988)							
Veículos	902	(534)							
	3.903	(1.522)							
Amortizações / Adições / Baixas									
	2023	2022							
Edifícios	3.001	(988)							
Veículos	902	(534)							
	3.903	(1.522)							
Patrimônio líquido									
	2023	2022							
Edifícios	(272)	(181)							
Edifícios	(222)	(150)							
Veículos	(50)	(31)							
	(544)	(362)							
Resultado financeiro									
	2023	2022							
Alíquota antes do IRPJ e da CSLL	6.542	3.555							
Alíquota	34%	34%							
	(2.258)	(1.209)							
Ajustes para refletir alíquota efetiva									
Adições e exclusões	6.930	2.029							
Outros ajustes	(1.907)	(654)							
Ajustes exercícios anteriores	(2.282)	-							
Revisão prejuízo fiscal e base negativa de CSLL de anos anteriores	(2.079)	(609)							
Programa de Alimentação do trabalhador - PAT	(29)	(8)							
IRPJ e CSLL	(1.625)	(451)							
Corrente	(1.625)	(451)							
A Companhia apresenta prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL acumulados a compensar em 31/12/2023 no valor de R\$117.762 e R\$ 120.249 respectivamente (R\$ 119.841 e R\$ 122.328 em 31/12/2022). Esses prejuízos fiscais e bases negativas não prescrevem, todavia, sua compensação é limitada a 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.									
22. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância, por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros:									
	Seguradora	Tipo	Importancia segurada	Bem segurado	Vigência				
	AKAD Seguros S.A.	Resp civil geral	40m	Responsabilidade civil do empregador mais danos morais	14.03.2024 a 14.03.2025				
	AKAD Seguros S.A.	Resp civil diretores e administradores e ambiental	10m	Resp civil diretores e administradores e ambiental	19.04.2024 a 19.04.2025				
	Sompo Seguros S.A.	Incendio, explosao, fumaca e queda de aeronave / danos eletricos / despesas fixas / perda de aluguel / subtracao de bens / recomposicao de registros e documentos / vendaval, furacao, ciclone, tornado e queda de granizo	Matriz 5m filial sp 5m filial rj 55k filial poa 300k filial bh 520k filial campinas 720k filial Curitiba 250k filial extrema 520k filial alphaville 600k	Matriz e filiais	21.12.2023 a 21.12.2024				
	Porto Seguro	Fiança locatícia	283k	Filial Rio de Janeiro	30.09.2023 a 30.09.2024				
	Tao Seguros	Fiança locatícia	216k	Filial belo Horizonte	25.05.2023 a 14.05.2024				

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Adecco Recursos Humanos S.A.

Seguradora	Tipo	Importancia segurada	Bem segurado	Vigencia
Too Seguros	Fiança locatícia	263k	Filial Campinas	01.06.2023 a 31.05.2026
Porto Seguro	Fiança locatícia	178k	Filial Alphaville	20/10/2023 a 20/10/2026
Porto Seguro	Fiança locatícia	156k	Filial Cajamar	20/04/2023 a 23/10/2025

no curto prazo desses instrumentos. **23.2. Gestão de riscos:** Risco de crédito As políticas de prestações de serviços da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração bem como pela análise constante dos saldos de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa n.º 5. A Companhia registrou provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 4.794 (R\$ 1.904 em 31/12/2022), para cobrir os riscos de crédito. **23.3. Análise de sensibilidade:** A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a administração da Companhia adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos valores apresentados nos registros contábeis. Abaixo a tabela demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese de um cenário com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50% respectivamente, do Real (R\$):

Cenário	Risco	Saldo 2023	25%	50%
Empréstimos (Nota explicativa n.º 15 (c) + (d))	Aumento do Dólar	20.564	25.705	30.846
Contas a receber - Partes Relacionadas (Nota n.º 12)	Aumento do Dólar	3.168	3.960	4.752
Contas a pagar - Partes Relacionadas (Nota n.º 12)	Aumento do Dólar	24.203	30.254	36.305

As premissas de risco adotadas pela Companhia, em razão da sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. **23. Garantias:** Em 31/12/2023, a Companhia possui os seguintes contratos de fianças: a) Fiança judicial no valor de R\$ 2.149 contratada junto ao Banco Itaú por prazo indeterminado. Trata-se de uma oferta administrativa de garantia para obtenção de Certidão negativa de débitos previdenciários referente ao Processo administrativo fiscal n.º 10880 732470/2016 - 05 13214205. b) Fiança Bancária no valor de R\$ 1.369 contratada junto ao Banco Itaú com vencimento em 03/05/2025. Trata-se da garantia da dívida pecuniária decorrente exclusivamente do pagamento do aluguel do imóvel localizado na Avenida Paulista, 283, Bela vista, São Paulo, Ed. Santa Catarina Conjunto de escritório n.ºs 171 E 172. c) Fiança judicial no valor de R\$ 1.449 contratada junto ao Banco Itaú por prazo indeterminado. Trata-se de garantia pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da ação Trabalhista, n.º CumPrSe 0010600-38.2022.5.03.0184. d) Fiança judicial no valor de R\$ 3.569 contratada junto ao Banco Citibank por prazo indeterminado. Trata-se de uma oferta administrativa de garantia para obtenção de Certidão de Dívida ativa n.º 12011254358 referente a Execução fiscal n.º 0782885-56.2016.8.05.0001 **23. Instrumentos financeiros e gestão de risco:** **23.1. Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é idêntico aos valores contábeis apresentados nas demonstrações financeiras. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Adecco Recursos Humanos S.A., São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Adecco Recursos Humanos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03/06/2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes
CRC SP-034519/O

Rita de C. S. Freitas
Contadora
CRC-1214160/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Enoq Capital Instituição de Pagamento Ltda.

CNPJ nº 35.990.763/0001-01 - NIRE 35235806438
4ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo assinadas: **Daniel Henrique Silva Araujo**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, natural de Franca (SP), nascido em 15/01/1979, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 21.638.148-4 SSP/SP e do CPF 277.177.628-62, residente e domiciliado à Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, nº 2281, Casa 45, Vila do Golf, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP 14.027-250 e **Carlos Alexandre Correia**, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, natural de Ribeirão Preto (SP), nascido em 16/06/1987, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 45.558.836-3 SSP/SP e do CPF 338.269.338-00, residente e domiciliado na Rua Juvens Portela, nº 140, condomínio Villa Romana 2, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP 14.098-854, únicos sócios da Sociedade Empresária Limitada **Enoq Capital Instituição de Pagamento Ltda.**, com sede na Rua Antonio Chiericato, n.º 195, Bairro Ribeirânia, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.096-510, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.990.763/0001-01, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35235806438 ("Contrato Social"), têm entre si justo e contratado o seguinte: **1. Transformação da Enoq Capital Instituição de Pagamento Ltda. em Sociedade Anônima de Capital Fechado. 1.1.** Os sócios, representando a totalidade do capital social da Sociedade decidem, por unanimidade e sem quaisquer reservas, aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade anônima, sob denominação de **Enoq Capital Instituição de Pagamento S.A.** A transformação ora aprovada não importará qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e as obrigações comerciais e fiscais. Cada quota representativa do capital social da Sociedade é, neste ato, convertida em uma ação ordinária, nominativa, sem valor nominal, as quais serão atribuídas aos acionistas da forma estipulada abaixo, mantidas as mesmas participações no capital social da Sociedade. **(a)** Em decorrência da transformação da Sociedade, o capital social composto por 2.000.000 (dois milhões) de quotas sociais no valor de R\$ 1,00 (um real cada) ficam convertidas em 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional atribuídas aos sócios, na proporção de suas respectivas participações na Sociedade, conforme indicado a seguir: **Acionista:** Daniel Henrique Silva Araujo; **Ações Ordinárias:** 1.000.000; **Valor (R\$):** 1.000.000,00. **Acionista:** Carlos Alexandre Correia; **Ações Ordinárias:** 1.000.000; **Valor (R\$):** 1.000.000,00. **Total das Ações Ordinárias:** 2.000.000. **Total do Valor (R\$):** 2.000.000,00. **(b)** Os sócios declaram, assim, transformada a Sociedade, autorizando seu administrador à prática de todos os atos que se fizerem necessários para a implementação da transformação ora aprovada. **2. Eleição da Diretoria. 2.1.** Diante da transformação da Sociedade, aprovaram a eleição do seguintes Diretores, com mandato a encerrar-se na assembleia geral ordinária que deliberar a respeito das demonstrações financeiras e das contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo que os diretores permanecerão em seus cargos, independentemente do prazo de mandato, até a posse de seu substituto: **(i)** Daniel Henrique Silva Araujo, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, natural de Franca (SP), nascido em 15/01/1979, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 21.638.148-4 SSP/SP e do CPF 277.177.628-62, residente e domiciliado à Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, nº 2281, Casa 45, Vila do Golf, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP 14.027-250, para o cargo de Diretor Financeiro; **(ii)** Carlos Alexandre Correia, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, natural de Ribeirão Preto (SP), nascido em 16/06/1987, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 45.558.836-3 SSP/SP e do CPF 338.269.338-00, residente e domiciliado na Rua Juvens Portela, nº 140, condomínio Villa Romana 2, na cidade de Ribeirão Preto (SP), CEP 14.098-854, para o cargo de Diretor Administrativo. **2.2.** Os integrantes da Diretoria foram imediatamente empossados em seus respectivos cargos, mediante assinatura dos termos de posse no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, os quais declaram ter conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e, conseqüentemente, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Os termos de posse devidamente assinados encontram-se anexos à presente Ata (Anexo III – Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento), que será lavrado em livro próprio da Sociedade, nos termos das normas aplicáveis. **3. Consolidação do Estatuto Social 3.1.** Os acionistas aprovam o projeto de Estatuto Social que constitui o Anexo I a esta ata, o qual passa a reger a Companhia. **3.2.** Por fim, ficam os diretores da Companhia autorizados a proceder às alterações e atualizações aplicáveis, tomando todas as medidas necessárias para efetivar as resoluções ora aprovadas. Ribeirão Preto, 10 de novembro de 2023. Sócios: **Daniel Henrique Silva Araujo**, Sócio; **Carlos Alexandre Correia**, Sócio. Visto do advogado: Andre Luiz Biasi Grabowski, OAB/SP nº 313.250. JUCESP/NIRE nº 3530062887-0, JUCESP nº 466.941/23-7 em 14/12/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Enoq Capital Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada que se rege por este estatuto social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404/76, e suas alterações ("Lei das Sociedades por Ações"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Antonio Chiericato, nº 195, Bairro Ribeirânia, CEP 14.096-510. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá abrir, manter, transferir e fechar filiais e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer lugar no território nacional, por deliberação da Diretoria, observado o disposto neste estatuto social e nas disposições legais cabíveis. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: **(a)** consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, atividades de administração de fundos por contrato ou comissão, corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento criando regras procedimentos que disciplinam a prestação de serviço de pagamento. Exploração de atividade de instituição de pagamento: (1) Disponibilizando o serviço de aporte ou saque de recursos mantidos em conta de pagamento; (2) Executando ou facilitando instrução de pagamento relacionada determinado serviço de pagamento, inclusive transferências originadas de ou destinada a conta de pagamento; (3) Gerindo conta de pagamento; (4) Emitindo instrumento de pagamento; (5) Executando remessa de fundos; (6) Convertendo moeda física ou escritural em moeda eletrônica, ou vice-versa credenciador a aceitar ou gerir o uso de moeda eletrônica explorando a atividade de sub credenciador, credenciado a aceitação de instrumentos de pagamento na qualidade de participante do arranjo de pagamento que habilita o usuário final receptor para a aceitação do instrumento de pagamento, sem participar do processo de liquidação das transações de pagamento como credor perante o emissor; Serviços em geral na área de meios eletrônicos de pagamento. Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo. Emissão de vales de alimentação, vales transportes e similares por meios de pagamento, administração de cartões de crédito e débito; Locação e comércio de máquinas de créditos para estabelecimentos comerciais e terceiro. **(b)** participação em outras sociedades, consórcios ou joint ventures; **(c)** representação comercial de outras sociedades nacionais e estrangeiras, de mercadorias produzidas no mercado interno ou importadas; e **(d)** assistência técnica, assessoria, projetos, estudos e gerenciamento nos produtos próprios e/ou de terceiros inerentes às suas atividades, bem como o desenvolvimento, assessoria e implantação de sistemas de computação, de projetos industriais e outros. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social, das Ações e dos Acionistas. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), dividido em 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Artigo 6º.** O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias, indivisíveis em relação à Companhia. Caso a ação pertença a uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações preferenciais sem qualquer proporção com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor nominal. **Artigo 8º.** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações de acionistas. **Artigo 9º.** Todas as ações da Companhia serão nominativas. As ações não serão representadas por cotaletas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Capítulo III. Da Administração da Companhia. Seção I. Da Assembleia Geral. Artigo 10.** Além dos poderes previstos neste estatuto e na lei aplicável, a Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as decisões que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 11.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, nos termos da lei ou deste estatuto. **Parágrafo 1º.** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por votos que representem a maioria do capital social da Companhia. **Parágrafo 2º.** Na Assembleia Geral, um acionista pode ser representado por outro acionista, por administrador da Companhia ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral só poderá deliberar assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação. **Artigo 12.** A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente, mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, contendo o local, a data, a hora e a ordem do dia da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da publicação do primeiro anúncio. **Parágrafo 2º.** Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a assembleia geral que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo 3º.** A assembleia poderá ser digital, nos termos do regulamento da Comissão de Valores Mobiliários e do órgão competente do Poder Executivo federal, respectivamente. **Artigo 13.** A Assembleia Geral será presidida pelo acionista indicado pelos presentes, por maioria de votos. O presidente da mesa convidará um dos presentes, acionista ou não, para servir como Secretário. **Parágrafo Único.** O Presidente da Assembleia deverá observar e fazer cumprir as disposições de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se cumpram os votos profereidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos. **Artigo 14.** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre emissão de debêntures devendo fixar: I - o valor da emissão ou os critérios de determinação do seu limite, e a sua divisão em séries, se for o caso;

II - o número e o valor nominal das debêntures; III - as garantias reais ou a garantia fluante, se houver; IV - as condições da correção monetária, se houver; V - a conversibilidade ou não em ações e as condições a serem observadas na conversão; VI - a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate; VII - a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; VIII - o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures. **Seção II. Da Administração. Sub-Seção I. Das Disposições Gerais. Artigo 15.** A Companhia será administrada pela Diretoria, com as atribuições conferidas por lei, por este estatuto social e por eventual acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia. **Parágrafo 1º.** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Diretor empossado. **Parágrafo 2º.** A administração da Companhia será pautada pela implementação, consecução e conservação dos seguintes objetivos: (i) prestação de serviços objeto social da Companhia; (ii) altos níveis de eficiência, produtividade e lucratividade; e (iii) atuação com lisura e transparência. O Diretor, no exercício de suas funções, deverá observar os interesses de curto e longo prazo da Companhia, incluindo os interesses e expectativas dos acionistas, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes e credores. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral fixará o limite global anual da remuneração da Diretoria, podendo definir a remuneração individual de cada Diretor (quando forem mais de um), os critérios para rateio da remuneração de cada Diretor e/ou delegar à Diretoria a divisão da remuneração entre seus membros. **Parágrafo 4º.** Os Diretores da Companhia são dispensados de prestar caução para garantia de sua gestão. **Parágrafo 5º.** É expressamente vedado, e será nulo de pleno direito, o ato praticado por qualquer Diretor da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao seu objeto social, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal a que estará sujeito o infrator. **Sub-Seção II. Da Diretoria. Artigo 16.** A Diretoria será composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor Financeiro e um Diretor Administrativo, acionista ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com as atribuições previstas neste estatuto social e na lei aplicável. **Artigo 17.** O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** Os Diretores permanecerão em seu cargo até a posse de seu substituto, nos termos da lei aplicável. **Artigo 18.** A Diretoria competem todos os poderes gerais de administração dos negócios e a prática de todos os atos necessários ou convenientes à consecução dos objetos sociais, bem como a responsabilidade pela adequada execução das deliberações sociais, exceto aqueles que sejam, por lei ou por este estatuto social, de competência da Assembleia Geral. **Artigo 19.** Compete aos Diretores, em conjunto: I. Organizar, dirigir e supervisionar a execução das atividades sociais, inclusive aquelas relacionadas ao planejamento geral da Companhia; II. Organizar, dirigir e supervisionar todos os trabalhos e serviços da Companhia; III. Coordenar a atuação dos demais Diretores da Companhia; IV. Fixar as diretrizes a serem observadas pelos representantes da Diretoria, bem como constituir tais representantes, por meio da outorga das respectivas procurações; V. Convocar as Assembleias Gerais; VI. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; VII. Fixar atribuições ao Diretor Administrativo-Financeiro não previstas neste estatuto social; VIII. Submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; IX. Elaborar, a cada ano, o plano estratégico, suas revisões anuais e o orçamento geral da Companhia, cuidando das respectivas execuções; e X. Exercer outras atribuições inerentes ao cargo e/ou que lhe forem cometidas pela Assembleia Geral. **(a)** O Diretor Financeiro será exclusivamente responsável pelo cumprimento das normas relativas a conta de pagamento e a administração de recursos de terceiros pela realização de operações sujeitas a riscos de crédito. **(b)** O Diretor Administrativo será exclusivamente responsável: (i) pelo gerenciamento das operações sujeitas a riscos em geral exceto pela realização de operações sujeita a risco de crédito; (ii) pelas obrigações previstas na Resolução 443/2015 do Conselho Monetário Nacional da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade; (iii) pelas atividades relativas ao compliance PLD nos termos da regulamentação em vigor; (iv) pela elaboração da política de segurança cibernética da Sociedade e execução do plano de ação de resposta incidentes nos termos da Circular nº 909/2018 do Banco Central do Brasil. **(c)** Em relação às matérias acima, a Sociedade será considerada validamente representada perante terceiros por meio da assinatura de um Diretor Administrativo ou Diretor Financeiro ou por procurador nomeado; **Artigo 20.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passiva, judicial e extrajudicial, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, para quaisquer atos, inclusive para abrir, rubricar e encerrar livros sociais; abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários; aceitar, emitir, endossar ou sacar cheques, duplicatas, bordereaus, letras de câmbio, notas promissórias, títulos de crédito em geral, ordens de pagamento, títulos de câmbio do comércio exterior, contratos de abertura de crédito ou penhor de títulos de financiamento; assinar contratos de qualquer natureza, de qualquer valor, ou quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações perante terceiros; alienar ou onerar bens móveis ou imóveis da Companhia; assinar todos os documentos sociais; dar e receber quitação; transigir, desistir e renunciar à direitos, bem como quaisquer outros atos de representação da Companhia, de qualquer natureza, caberá: (i) ao Diretor Presidente, isoladamente; ou (ii) ao Diretor Presidente, em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro ou (iii) a procurador constituído pela Companhia, nos termos do parágrafo único deste Artigo, observados os poderes específicos outorgados na respectiva procuração. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas sempre pelo Diretor Presidente, isoladamente, e devem conter poderes específicos. O prazo de vigência das procurações outorgadas pela Companhia não poderá ser superior a 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes com cláusula ad judicium, em que a procuração poderá ser outorgada por prazo indeterminado. **Seção III. Do Conselho Fiscal. Artigo 21.** O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto de 3 (três) membros e igual número de suplentes. **Parágrafo 1º.** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. **Parágrafo 2º.** O regulamento interno aplicável ao Conselho Fiscal será estabelecido pela Assembleia Geral dos Acionistas que deliberar por sua instalação. **Capítulo IV. Do Direito de Preferência, Direito de Venda Conjunta e Obrigação de Venda Conjunta. Artigo 22.** O acionista que pretender ceder, transferir ou alienar suas ações e/ou direitos de subscrição a quaisquer terceiros, acionistas ou não acionistas, a qualquer título, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente ("Acionista Ofertante"), deverá notificar, por escrito, os demais acionistas ("Acionistas Notificados"), observados os prazos e a ordem de preferência previstas nos parágrafos deste Artigo 23 ("Notificação"), para que os Acionistas Notificados, em igualdade de condições e na proporção de suas respectivas participações no capital social, excluída a participação do Acionista Ofertante, e observados os critérios estabelecidos abaixo, possam exercer seu direito de preferência na aquisição da totalidade das ações e/ou direitos de subscrição a serem cedidos, transferidos ou alienados pelo Acionista Ofertante ("Direito de Preferência"). **Parágrafo 1º.** A Notificação deverá ser enviada pelo Acionista Ofertante aos Acionistas Notificados, com cópia para a Companhia, e indicar expressamente pelo menos (i) nome, qualificação, informação para contato e endereço do potencial adquirente; (ii) quantidade de ações e/ou direitos de subscrição que são objeto da oferta e o respectivo preço; (iii) os termos e as condições de pagamento; (iv) no caso de os terceiros interessados na aquisição das ações e/ou direitos de subscrição serem pessoas jurídicas, deverá ser indicado também o nome dos respectivos controladores, diretos e indiretos, considerando-se, para tanto, as definições constantes dos artigos 116 e 243, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações; e (v) caso o possível adquirente seja um fundo de investimento, além das demais informações mencionadas acima, a Notificação também deverá indicar a qualificação de seus respectivos administrador e gestor, bem como a indicação dos 3 (três) cotistas mais relevantes. **Parágrafo 2º.** Os Acionistas Notificados terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Notificação, para exercer seu Direito de Preferência na aquisição pro rata das ações e/ou direitos de subscrição ofertados, observado o disposto neste estatuto social. Na comunicação de que trata este Parágrafo 2º, a ser encaminhada ao Acionista Ofertante, com cópia para a Companhia, o Acionista Notificado que vier a manifestar o exercício de seu Direito de Preferência poderá também manifestar sua intenção de adquirir eventuais sobras, caso algum(s) dos demais Acionistas Notificados devessem exercer o respectivo Direito de Preferência. Os Acionistas Notificados que exercerem seu Direito de Preferência apenas poderão adquirir as ações e/ou direitos de subscrição ofertados se a aquisição, diretamente ou por meio de aquisição de sobras, recair sobre a totalidade das ações ou dos direitos de subscrição ofertados. **Parágrafo 3º.** Caso o Direito de Preferência seja exercido por todos os Acionistas Notificados, as ações e/ou direitos de subscrição ofertados serão adquiridos proporcionalmente à participação de cada Acionista Notificado no capital social da Companhia, excluída a participação apenas do Acionista Ofertante. Caso apenas um Acionista Notificado exerça o Direito de Preferência, para que o exercício do Direito de Preferência seja válido, este deverá adquirir a totalidade das ações e/ou direitos de subscrição ofertados. Se o Direito de Preferência for exercido por menos do que a totalidade dos Acionistas Notificados e mais do que um, os Acionistas Notificados que tenham exercido o Direito de Preferência, para que o exercício do Direito de Preferência seja válido, deverão adquirir a totalidade das ações e/ou direitos de subscrição ofertados, distribuídos proporcionalmente entre eles, de acordo com a participação de cada um no capital da Companhia, sem considerar a participação do Acionista Ofertante e dos Acionistas Notificados que tenham deixado de exercer o Direito de Preferência, observada, ainda, a decisão sobre a aquisição de sobras manifestada por cada um dos Acionistas Notificados que tenham exercido o Direito de Preferência. **Artigo 23.** Observado o Direito de Preferência disciplinado no Artigo 22, os acionistas que tiverem ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia obrigam-se, em quaisquer negócios que impliquem a alienação a quaisquer terceiros, não acionistas, de ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante, e/ou direitos de subscrição que assegurem a seu titular a subscrição de ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, a tomar todas as providências para que tais terceiros ofertantes assegurem aos Acionistas Notificados o direito de venda conjunta de ações, mediante oferta simultânea e idêntica, nas mesmas condições e preço, respeitadas as respectivas participações no capital social da Companhia, para aquisição das ações e/ou direitos de subscrição de que os demais acionistas forem titulares, de forma que ocorra a venda conjunta e em bloco das ações e/ou dos direitos de subscrição ("Direito de Venda Conjunta"). **Parágrafo 1º.** Para os efeitos do disposto neste Artigo 23, o Acionista Ofertante que pretenda alienar ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, e/ou direitos de subscrição a elas inerentes, deverá comunicar esse fato aos Acionistas Notificados e oferecer

lhes a possibilidade de venda conjunta das ações e/ou dos direitos de subscrição de sua titularidade, nas mesmas condições, preço e forma de pagamento, respeitadas as respectivas participações no capital social da Companhia. A comunicação referida neste Parágrafo deverá ser informada na Notificação prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 22. **Parágrafo 2º.** O Direito de Venda Conjunta subordina-se ao não exercício do Direito de Preferência pelos Acionistas Notificados, correndo, simultaneamente, os prazos para o exercício do Direito de Preferência e do Direito de Venda Conjunta. O Direito de Venda Conjunta subordina-se ao não exercício da Obrigação de Venda Conjunta pelo Acionista Ofertante, nos termos do Artigo 24. **Parágrafo 3º.** Durante o prazo de 30 (trinta) dias, os Acionistas Notificados responderão ao Acionista Ofertante, com cópia para a Companhia, por escrito, se pretendem exercer o Direito de Venda Conjunta das ações e/ou direitos de subscrição de que são titulares. O exercício do Direito de Venda Conjunta por um determinado Acionista Notificado deve recair sobre a totalidade das ações e/ou direitos de subscrição de que é titular. **Parágrafo 4º.** Após o término do prazo para o exercício do Direito de Preferência, caso o Direito de Preferência não tenha sido exercido por qualquer dos Acionistas Notificados, de tal forma que ocorra a venda de ações que representem mais de 50% (cinquenta por cento) do capital votante da Companhia, e/ou de direitos de subscrição a elas inerentes a terceiros não acionistas, será assegurado o Direito de Venda Conjunta aos acionistas que tiverem manifestado seu interesse no exercício do Direito de Venda Conjunta. **Parágrafo 5º.** Caso os Acionistas Notificados tenham manifestado interesse na venda conjunta, para que a aquisição seja válida, o terceiro adquirente deverá adquirir as ações e/ou direitos de subscrição do Acionista Ofertante e dos Acionistas Notificados que manifestarem o interesse na venda conjunta, nas mesmas condições, preço e forma de pagamento indicados na Notificação, observadas as respectivas participações no total das ações, de forma a assegurar a formação do bloco objeto da oferta. **Parágrafo 6º.** A venda conjunta das ações e/ou dos direitos de subscrição efetivar-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do término dos prazos aplicáveis ao exercício do Direito de Preferência, em dia útil fixado de comum acordo entre as partes, mediante a assinatura concomitante pelo Acionista Ofertante, pelos Acionistas Notificados que manifestarem o interesse na venda conjunta das ações e/ou dos direitos de subscrição, e pelos terceiros adquirentes, dos correspondentes termos de transferência de ações nominativas no livro próprio da Companhia e contra o pagamento do preço correspondente, nas exatas condições previstas na Notificação. **Parágrafo 7º.** Aplica-se o Direito de Venda Conjunta a qualquer tipo de alienação de ações e/ou direitos de subscrição, direta ou indireta, gratuita ou onerosa, incluindo, mas não se limitando a, as hipóteses de venda, cessão, transferência, permuta, doação ou conferência ao capital de outra sociedade que impliquem, em um ou mais atos, a alienação de ações de emissão da Companhia representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, e/ou de direitos de subscrição que assegurem a seu titular a subscrição de ações que representem mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia. **Parágrafo 8º.** O Direito de Venda Conjunta não será aplicável a transferências das ações e/ou direitos de subscrição de ações ocorridas em virtude de sucessão *causa mortis*. **Parágrafo 9º.** O acionista que violar o Direito de Venda Conjunta (ou o terceiro adquirente, conforme o caso) estará sujeito (i) à suspensão de seus direitos (mas não de suas obrigações) previstos neste estatuto social, em eventual acordo de acionistas arquivado na sede social, ou, ainda, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, deliberada em assembleia geral por acionistas titulares da maioria do capital social da Companhia; (ii) ao pagamento das perdas e danos a que der causa; e (iii) à execução específica eventualmente exigida pelos acionistas adimplentes. **Artigo 24.** O acionista, ou acionistas em conjunto, titular(es) de ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia ("Acionista(s) Controlador(es)"), titular(es) do direito, mas não a obrigação, de fazer com que os demais acionistas alienem as suas ações, total ou parcialmente, neste caso, de forma proporcional a sua participação no capital social da Companhia, ao interessado, acionista ou não acionista, na aquisição de ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia e/ou de direitos de subscrição a ela inerentes que assegurem a seu titular a subscrição de ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia, pelo mesmo preço por ação e nas mesmas condições oferecidas ao(s) Acionista(s) Controlador(es), respeitadas as respectivas participações no capital social da Companhia ("Obrigação de Venda Conjunta"). **Capítulo V. Do Exercício Social e das Demonstrações Financeiras. Artigo 25.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único.** Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, que serão submetidas à deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 26.** O lucro líquido apurado no exercício social, ajustado na forma do *caput* do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: **(a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, observadas as disposições legais aplicáveis. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; **(b)** 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendos mínimos obrigatórios, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e **(c)** o saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º.** Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º.** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 27.** A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, inclusive mensal, trimestral e semestral, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nestes balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 28.** A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 27(ii) deste estatuto social. **Artigo 29.** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas **Capítulo VII. Da Ouvidoria. Artigo 30.** A Companhia manterá o Departamento de Ouvidoria para assegurar estrita observância das normas legais regulamentares relativas aos direitos do consumidor atuar como canal de comunicação entre essas instituições, os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. **Parágrafo 1º.** O componente organizacional de Ouvidoria poderá ser único para todas as empresas que façam parte do conglomerado financeiro da Sociedade. **Parágrafo 2º.** O componente organizacional de ouvidoria será segregado da unidade executora da atividade de auditoria interna. **Parágrafo 3º.** Constituem atribuições da Ouvidoria: (i) prestação de atendimento de última instância demandas dos clientes usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionados nos canais de atendimento primário da Sociedade; (ii) atuar como um canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços; inclusive na mediação de conflitos; (iii) informar a Diretoria a respeito das atividades da Ouvidoria. **Parágrafo 4º.** As atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: (i) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários dos produtos e serviços; (ii) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas indomando prazo previsto para a resposta; (iii) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; (iv) manter a Diretoria informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e (v) elaborar e encaminhar a auditoria interna ao comitê de auditoria quando existente, e a Diretoria ao final de cada semestre relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. **Parágrafo 5º.** O atendimento prestado pela Ouvidoria terá como prazo de resposta para as demandas não podendo ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, de forma justificada, uma vez, por igual período, limitado ao número de prorrogações de 10% (dez por cento) do total de demandas no mês devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação. **Parágrafo 6º.** Compete à Diretoria designar o Ouvidor sendo permitido ao Diretor responsável pela Ouvidoria desde que não haja conflito de interesse ou de atribuições, desempenhar outras atividades na instituição inclusive de Ouvidor, excedo de diretor de administração de recursos de terceiros. **Parágrafo 7º.** O Ouvidor terá mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 8º.** O Ouvidor será designado consoante os seguintes critérios: (i) ter reputação ilibada; (ii) não estar impedido por lei especial ou condenado por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crime contra e honra popular, fé pública, propriedade ou Sistema Financeiro Nacional ou pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (iii) formação em curso de nível superior; (iv) amplo conhecimento das atividades desenvolvidas pelas instituições representadas dos seus produtos, serviços, processos, sistemas etc; (v) capacidade funcional de assimilar as questões que são submetidas a Ouvidoria, fazer consultas administrativas aos setores cujas atividades foram questionadas, direcionar as respostas obtidas em face dos questionamentos apresentados; (vi) condições técnicas administrativas de dar atendimento às demais exigências decorrentes dos normativos editados sobre as atividades da Ouvidoria. **Parágrafo 9º.** O Ouvidor poderá ser destituído qualquer tempo durante a vigência de seu mandato nas seguintes hipóteses: (i) descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo; (ii) desempenho aquém daquele esperado; (iii) deixar de observar um dos requisitos previsto acima; (iv) em razão de demissão por justa causa; (v) quando figurar em

continua ▶

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação ▶ escândalos, indiciamentos, investigações criminais que causem ou possa causar potencial dano à imagem da sociedade. **Parágrafo 10º.** O Diretor responsável pela Ouvidoria é responsável pela observância das normas legais regulamentares relativas aos direitos do consumidor, devendo estar ciente de suas obrigações para com os clientes usuários dos produtos e serviços da Sociedade. **Parágrafo 11º.** O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar relatório semestral relativo às atividades da Ouvidoria nas datas bases de 30 de junho e 31 de dezembro sempre que identificada ocorrência relevante, o qual deverá ser elaborado de acordo com as disposições do Banco Central do Brasil e encaminhado a auditoria interna ao comitê, quando existente, e à Diretoria. **Parágrafo 12º.** A Sociedade assume o compromisso de: (i) criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que a sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; (ii) assegurar acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. **Parágrafo 13º.** A Sociedade divulgará semestralmente em sua página na internet as informações relativas às atividades desenvolvidas pela Ouvidoria. **Capítulo VIII. Da Liquidação e Dissolução.** **Artigo 31.** A Companhia será liquidada ou dissolvida nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação de acionistas titulares da maioria do capital social da Companhia, que deverão determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante, observadas as disposições legais aplicáveis. **Capítulo IX. Da Resolução de Controvérsias.** **Artigo 32.** Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia, e/ou relacionados a interpretação ou aplicação dos termos deste estatuto social, deverão ser exclusiva e definitivamente resolvidos no foro da Comarca de Ribeirão Preto do Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir as questões oriundas deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Capítulo X. Das disposições finais.** **Artigo 33.** A Companhia observará os eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa da Assembleia Geral ou da Diretoria acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo. **Artigo 34.** A Companhia estará sempre vinculada ao disposto neste estatuto social e à Lei das Sociedades por Ações. Em caso de omissão deste estatuto social, aplicam-se as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Visto do advogado: Andre Luiz Biassi Graboswsky OAB/SP nº 313.250.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/06/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Cofco International Brasil S.A.									
CNPJ/MF nº 06.315.338/0001-19									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais – R\$)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Negativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.599	768	169.400	153.883	Empréstimos e financiamentos	2.806.464	2.023.404	2.806.464	2.023.404
Instrumentos financeiros derivativos	1.792.123	2.817.792	2.634.569	3.255.235	Fornecedores	637.098	1.664.006	1.976.758	3.318.280
Contas a receber de clientes	632.797	745.364	1.647.605	1.462.695	Impostos e contribuições a recolher	137.915	72.601	134.667	98.429
Valores a receber de partes relacionadas	1.613.289	1.472.054	3.023.836	3.450.158	Salários e encargos a pagar	162.634	110.751	170.103	115.446
Estoques	1.592.493	2.578.767	3.119.372	3.274.675	Instrumentos financeiros derivativos	1.560.279	2.283.304	2.096.030	2.863.843
Impostos a recuperar	574.120	416.735	647.129	641.067	Valores a pagar para partes relacionadas	2.708.134	10.269.675	3.386.202	10.651.522
Ativos biológicos	735.201	638.170	735.201	638.170	Adiantamentos de clientes	307.938	3.961	311.174	9.063
Outros ativos	40.761	34.961	50.073	60.207	Passivo de arrendamento	266.332	617.250	318.244	617.589
Total do ativo circulante	6.989.383	8.704.611	12.027.185	12.936.090	Outros passivos circulares	38.770	41.715	80.061	132.037
Não Circulante					Total do passivo circulante	8.625.564	17.086.667	11.279.703	19.829.613
Adiantamentos a fornecedores de estoques	1.553	1.749	1.553	1.749	Não Circulante				
Instrumentos financeiros derivativos	21.919	8.549	32.925	504.855	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Impostos a recuperar	50.194	339.678	550.910	340.535	Instrumentos financeiros derivativos	13.019	5.127	14.244	24.226
Contas a receber	893	8.982	893	8.982	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	263.627	34.118
Valores a receber de partes relacionadas	3	3.222	3	-	Valores a pagar para partes relacionadas	9.342.977	4.234.381	13.906.279	8.455.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	612.166	610.833	825.653	610.833	Passivo de arrendamento	2.309.006	1.921.850	2.767.940	1.922.324
Depósitos judiciais	61.406	72.556	61.417	72.616	Passivo a descoberto	2.866.336	3.462.392	-	-
Propriedades para investimentos	38.720	41.731	38.720	41.731	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	169.093	212.582	169.421	213.375
Investimentos em controladas	1.864.018	1.285.436	8.630	9.303	Total do passivo não circulante	14.700.431	9.836.332	17.121.511	10.649.069
Imobilizado	7.549.635	8.252.891	8.212.562	8.342.620	Patrimônio Líquido Negativo				
Intangível	689.365	673.669	692.401	689.513	Capital social	2.746.662	2.153.563	2.746.662	2.153.563
Ativos de direito de uso	2.552.928	2.758.232	3.054.550	2.758.995	Reserva de incentivo fiscal	1.824.266	1.824.266	1.824.266	1.824.266
					Outros resultados abrangentes	(59.270)	(56.992)	(59.270)	(56.992)
					Ajustes acumulados de conversão	(272.852)	(556.376)	(272.852)	(556.376)
					Prejuízos acumulados	(7.132.618)	(7.525.321)	(7.132.618)	(7.525.321)
Total do ativo não circulante	13.442.800	14.057.528	13.480.217	13.381.732	Total do patrimônio líquido negativo	(2.893.812)	(4.160.860)	(2.893.812)	(4.160.860)
Total do Ativo	20.432.183	22.762.139	25.507.402	26.317.822	Total do Passivo e Patrimônio Líquido Negativo	20.432.183	22.762.139	25.507.402	26.317.822

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por lote de mil ações)									
Receita Operacional Líquida	Controladora		Consolidado		Reserva de incentivo fiscal de conversão	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Prejuízos não realizados de derivativos ("hedge accounting")	Total
	2023	2022	2023	2022					
Custo dos produtos vendidos	(37.522.792)	(33.065.861)	(70.312.243)	(60.653.791)					
Lucro Bruto (Receitas) Despesas Operacionais	1.170.426	616.628	1.849.199	1.417.499					
Despesas administrativas	(336.274)	(308.350)	(413.857)	(361.018)					
Resultado de equivalência patrimonial	338.130	696.350	-	-					
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.396	(34.536)	28.978	(40.059)					
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.203.678	970.092	1.464.320	1.016.422					
Receitas financeiras	979.153	532.827	1.267.641	670.699					
Despesas financeiras	(1.618.496)	(1.332.019)	(2.136.460)	(1.542.297)					
Resultado financeiro líquido	(639.343)	(799.192)	(868.819)	(871.598)					
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	564.335	170.899	595.501	144.824					
Correntes	(175.363)	(273.811)	(181.006)	(698.274)					
Diferidos	3.731	299.679	(21.792)	750.217					
Lucro do Exercício	392.703	196.767	392.703	196.767					
Lucro por Lote de Mil Ações – Em Reais	0,01	0,01							

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Negativo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais – R\$)										
Saldos em 31/12/2021	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de incentivo fiscal de conversão	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Prejuízos não realizados de derivativos ("hedge accounting")	Total
	2023	2022	2023	2022						
Valorização a mercado dos derivativos ("hedge accounting"), líquido de impostos	-	-	-	-						
Ajustes acumulados de conversão	-	-	633.643	(255.867)						
Reserva de incentivo fiscal	149.616	750.113	-	-						
Aumento de capital	-	-	-	-						
Lucro do exercício	-	-	-	-						
Saldos em 31/12/2022	2.153.563	1.824.266	(556.376)	(56.992)	(7.525.321)	(4.160.860)				
Valorização a mercado dos derivativos ("hedge accounting"), líquido de impostos	-	-	-	-						
Ajustes acumulados de conversão	-	-	283.524	-						
Reserva de incentivo fiscal	593.099	-	-	-						
Aumento de capital	-	-	-	-						
Lucro do exercício	-	-	-	-						
Saldos em 31/12/2023	2.746.662	1.824.266	(272.852)	(59.270)	(7.132.618)	(2.893.812)				

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais – R\$)														
Lucro do Exercício	Controladora		Consolidado		Ações ao imobilizado e intangível	Ações de propriedade para investimento	Ações para formação de ativo biológico	Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	Empréstimos concedidos a partes relacionadas	Recebimento decorrente de venda de imobilizado	Recebimento de juros sobre o capital próprio e dividendos	Aquisição de investimentos e aumento de capital em controladas	Caixa aplicado nas atividades de investimento	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento
	2023	2022	2023	2022										
Item que será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado:														
Resultados não realizados de derivativos ("hedge accounting")	(2.278)	(255.867)	(2.278)	(255.867)										
Item que não será reclassificado subsequentemente para a demonstração do resultado:														
Ajustes acumulados de conversão	283.524	633.643	283.524	633.643										
Total do Resultado Abrangente do Exercício, Líquido de Impostos	673.949	574.543	673.949	574.543										

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais – R\$)										
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa antes dos Efeitos de Conversão	Efeitos de conversão sobre o caixa e equivalentes de caixa	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa
	2023	2022	2023	2022						
Lucro do exercício	392.703	196.767	392.703	196.767	1.920.658	1.920.658	1.920.658	1.920.658	1.920.658	1.920.658
Ajustes para conciliar o prejuízo do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:										
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	1.008.978	958.597	1.029.907	964.120						
Depreciação e amortização dos ativos de direito de uso	571.110	610.765	615.934	611.736						
Alienação de imobilizado, intangível e propriedade para investimento	2.659	18.519	48.306	57.014						
Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de propriedades para investimento	-	6.306	-	6.306						
Perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de imobilizado	-	28.349	-	48.852						
Ativos biológicos colhidos	365.842	352.503	365.842	352.503						
Resultado de equivalência patrimonial	(338.130)	(696.350)	-	-						
Varição do valor justo dos ativos biológicos	(157.722)	(79.937)	(157.722)	(79.937)						
Varição do valor justo dos estoques de "commodities"	(83.761)	(179.921)	(236.913)	(305.082)						
Reversão da estimativa de perdas nos estoques (Reversão da) perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(12.690)	(9.385)	(36.777)	(21.136)						
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	(6.712)	659.073	126.050	604.303						
Juros sobre passivo de arrendamento	189.464	160.973	189.464	178.239						
Valorização a mercado dos derivativos de hedge accounting	175.716	645.948	307.582	4.958						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.731)	(299.679)	21.792	(750.217)						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.312)	47.429	(14.733)	47.884						
Total	2.087.072	2.450.051	2.655.211	1.945.202						

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais – R\$)										
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Controladora		Consolidado		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa antes dos Efeitos de Conversão	Efeitos de conversão sobre o caixa e equivalentes de caixa	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa
	2023	2022	2023	2022						
Contas a receber	90.406	(134.325)	(255.200)	(419.775)						
Estoques	911.821	(138.663)	149.702	836.908						
Impostos a recuperar	135.326	415.974	(368.442)	169.717						
Valores a receber de partes relacionadas	(252.209)	(380.582)	183.046	(1.727.600)						
Instrumentos financeiros derivativos	656.070	(1.259.500)	537.548	770.424						
Outros ativos	(60.991)	(361.819)	383	(44.420)						
Total	1.480.423	(1.858.915)	247.037	(414.746)						

As Demonstrações Financeiras não possuem ressalvas por parte da Auditoria Externa. As Notas Explicativas encontram-se na Sede da Companhia.

VRE D2 S/A
CNPJ/MF nº 17.825.402/0001-28 - NIRE 35.300.451.007
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 04/06/2024
Data, Hora e Local: 04/06/2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do "Edital de Convocação", em conformidade com o disposto no §4 do art. 124 da Lei nº 6.404/76, considerando que a totalidade dos acionistas estava presente ou devidamente representada, conforme o registro de presença lavrado em livro próprio. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução de capital da Companhia. **Mesa:** Presidente: Thiago Bellini Motta Leomil. Secretário: Marcelo Rezende Rainho Teixeira. **Deliberações:** Os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade de votos: 1. Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 2.450.000,00, totalmente integralizados dos atuais R\$ R\$10.680.763,00 para R\$ 8.230.763,00, mediante o cancelamento de 2.450.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de titularidade dos acionistas, respeitada a proporção de ações ordinárias detidas por cada acionista, com a consequente restituição do valor de R\$ 2.450.000,00, na proporção das ações ordinárias detidas por cada um no capital social total da Companhia. 2. A eficácia da redução de capital ora aprovada está condicionada ao decurso do prazo legal de 60 dias contado da publicação da presente ata, sem que ocorra a oposição de credores, ou, caso haja oposição, ao pagamento ou depósito judicial das quantias reclamadas pelos opositores, nos termos do Artigo 174, §2º, da Lei das S.A., de modo que capital social da Companhia, passará a ser de R\$ 8.230.763,00 divididos em 8.230.763 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Diante do acima disposto a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a ser a seguinte: "Artigo 5. - O capital social é de R\$ 8.230.763,00 divididos em 8.230.763 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional". 3. Por fim, os acionistas resolveram, por unanimidade, autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos complementares à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** A ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes da Companhia. São Paulo, 04 de junho de 2024. Thiago Bellini Motta Leomil - Presidente, Marcelo Rezende Rainho Teixeira - Secretário, Acionista: Vista Real Estate Fundo de Invest

Sigrisch Participações S/A																																																																																																																				
CNPJ/MF nº 09.189.438/0001-34																																																																																																																				
Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais – R\$)					Demonstração dos Resultados dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais – R\$)																																																																																																															
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022																																																																																																													
Circulante				Circulante																																																																																																																
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.a)	533.318,40	423.610,98	Obrigações Fiscais	(4.c)	77.368,42	5.206,28																																																																																																													
Valores em Bolsa		517.484,68	517.484,68			77.368,42	5.206,28																																																																																																													
Aluguéis a Receber		-	-	Não Circulante																																																																																																																
Creditos de Vendas de Imóveis		160.729,14	386.735,37	Exigível a Longo Prazo																																																																																																																
		1.211.532,22	1.327.831,03	Adiantamento para Futuro																																																																																																																
				Aumento de Capital	(4.d)	313.450,89	313.450,89																																																																																																													
						313.450,89	313.450,89																																																																																																													
Não Circulante				Patrimônio Líquido																																																																																																																
Creditos de Vendas de Imóveis		-	-	Capital Social	(4.e)	16.836.184,00	16.836.184,00																																																																																																													
Investimento Líquido	(4.b)	95.443.970,84	92.449.027,87	Ajuste de Avaliação Patrimonial		24.509.315,92	24.509.315,92																																																																																																													
		95.443.970,84	92.449.027,87	Reserva Legal		1.310.863,84	1.310.863,84																																																																																																													
				Retenção de Lucros		53.608.319,99	50.801.837,97																																																																																																													
Total do Ativo		96.655.503,06	93.776.858,90			96.264.683,75	93.458.201,73																																																																																																													
				Total do Passivo		96.655.503,06	93.776.858,90																																																																																																													
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais – R\$)																																																																																																																				
		Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva Legal	Reserva de Lucros Não Realizado	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido																																																																																																													
Saldo em 31.12.21		16.836.184,00	24.509.315,92	1.310.863,84	-	-56.371.214,62	-99.027.578,38																																																																																																													
Resultado do Exercício		-	-	-	-	(5.171.058,33)	(5.171.058,33)																																																																																																													
Transferência		-	-	-	-	(5.171.058,33)	5.171.058,33																																																																																																													
Ajuste de Períodos Anteriores		-	-	-	-	91.103,68	-																																																																																																													
Lucros Distribuídos		-	-	-	-	-	-																																																																																																													
Saldo em 31.12.22		16.836.184,00	24.509.315,92	1.310.863,84	-	-50.801.837,97	-93.458.201,73																																																																																																													
Resultado do Exercício		-	-	-	-	3.370.512,22	3.370.512,22																																																																																																													
Transferência		-	-	-	-	3.370.512,22	(3.370.512,22)																																																																																																													
Ajuste de Períodos Anteriores		-	-	-	-	-	-																																																																																																													
Lucros Distribuídos		-	-	-	-	(564.030,20)	(564.030,20)																																																																																																													
Saldo em 31.12.23		16.836.184,00	24.509.315,92	1.310.863,84	-	-53.608.319,99	-96.264.683,75																																																																																																													
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Encerradas em 31/12/2023 e 2022 (Valores expressos em Reais – R\$)																																																																																																																				
1 – Contexto Operacional – A Sigrisch Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo. A sociedade tem por objetivos sociais a participação em empreendimentos, em consórcios de empresas, na administração de bens próprios e participação em outras sociedades como sócia ou acionista. 2 – Base de Preparação – 2.1 – Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC – Pequenas e Médias Empresas – PME) As demonstrações financeiras da Sociedade, que compreende o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa, para o período findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram autorizadas para emissão e divulgação pela Diretoria da Sociedade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (Pronunciamento técnico CPC PME emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis). 2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. 2.3 – Uso de Estimativas e Julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias empresas – CPC PME, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. 3 – Principais Práticas Contábeis: a) Apuração de Resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridas, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento. b) Estoques – Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, composto por títulos de crédito vencidos adquiridos de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil. c) Ativo Circulante e Não Circulante – Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das Demonstrações Financeiras, caso contrário será registrado no não circulante. d) Imobilizado – O imobilizado é contabilizado ao custo, que inclui todos os gastos incorridos na aquisição ou elaboração dos ativos, reduzido de depreciação. A depreciação é apurada e reconhecida pelo método linear, de acordo com a taxa de depreciação indicada pela Receita Federal do Brasil, visto que a Sociedade entende que a vida útil econômica estimada e valor residual projetado de cada item, estão equiparadas às indicadas pela Receita Federal do Brasil. e) Passivo Circulante e Não Circulante – São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando os vencimentos das parcelas ultrapassam os próximos doze meses, os referidos valores são classificados no Passivo Não Circulante. 4 – Detalhamento das Contas: a) – Caixa e Equivalentes de Caixa <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Bancos</td> <td>9.699,75</td> <td>12.546,98</td> </tr> <tr> <td>Aplicações Financeiras</td> <td>523.618,65</td> <td>411.064,00</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>533.318,40</td> <td>423.610,98</td> </tr> </tbody> </table> b) – Investimentos <table border="1"> <thead> <tr> <th>Participações Societárias</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Riclan S.A. – 47,13%</td> <td>91.965.344,67</td> <td>77.277.394,79</td> </tr> <tr> <td>Aslan Von Hausstner Empreend. e Partic. Ltda. – 50,01%</td> <td>0,00</td> <td>11.693.006,91</td> </tr> <tr> <td>Total Participações Societárias</td> <td>91.965.344,67</td> <td>88.970.401,70</td> </tr> </tbody> </table> Imóveis <table border="1"> <thead> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Engenho</td> <td>567.622,40</td> <td>567.622,40</td> </tr> <tr> <td>Rua Santa Etelvina nº122 – Ubaturba</td> <td>400.000,00</td> <td>400.000,00</td> </tr> <tr> <td>Rua 8 nº1650 apto 51 – Rio Claro</td> <td>180.000,00</td> <td>180.000,00</td> </tr> <tr> <td>Rua 6 nº438 apto 32 – Rio Claro</td> <td>400.000,00</td> <td>400.000,00</td> </tr> <tr> <td>Av. Independência nº1521 – Piracicaba</td> <td>250.000,00</td> <td>250.000,00</td> </tr> <tr> <td>Piracicaba</td> <td>400.000,00</td> <td>400.000,00</td> </tr> <tr> <td>Fazenda São Sebastião – Rio Claro</td> <td>150.000,00</td> <td>150.000,00</td> </tr> <tr> <td>Rua D. Pedro II nº730 – Piracicaba</td> <td>170.000,00</td> <td>170.000,00</td> </tr> <tr> <td>Rua Santa Helena – Piracicaba</td> <td>200.000,00</td> <td>200.000,00</td> </tr> <tr> <td>Av. D. Francisca Vila Rezenda – Piracicaba</td> <td>150.000,00</td> <td>150.000,00</td> </tr> <tr> <td>Sítio Morro Frio – Brotas</td> <td>50.000,00</td> <td>50.000,00</td> </tr> <tr> <td>Sítio Bela Vista – Brotas</td> <td>50.000,00</td> <td>50.000,00</td> </tr> <tr> <td>Total Imóveis</td> <td>2.967.622,40</td> <td>2.967.622,40</td> </tr> </tbody> </table> Veículos <table border="1"> <thead> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>I/Hyundai Azera 3.0 V6</td> <td>128.137,77</td> <td>128.137,77</td> </tr> <tr> <td>I/Honda CR-V EXL 2.0 16V</td> <td>86.000,00</td> <td>86.000,00</td> </tr> <tr> <td>Honda Fit Exl Cvt flex GAN 8566 15/16</td> <td>68.000,00</td> <td>68.000,00</td> </tr> <tr> <td>Tiguan 2.0 TSI Plac FLV4034</td> <td>40.000,00</td> <td>40.000,00</td> </tr> <tr> <td>I/VW TAOS HL TSI</td> <td>188.866,00</td> <td>188.866,00</td> </tr> <tr> <td>Total Veículos</td> <td>511.003,77</td> <td>511.003,77</td> </tr> </tbody> </table> Total dos Investimentos <table border="1"> <thead> <tr> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>95.443.970,84</td> <td>92.449.027,87</td> </tr> </tbody> </table> c) Obrigações Fiscais <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PIS</td> <td>116,15</td> <td>101,47</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>536,08</td> <td>468,33</td> </tr> <tr> <td>IRPJ</td> <td>54.818,80</td> <td>1.244,09</td> </tr> <tr> <td>CSLL</td> <td>21.897,39</td> <td>3.392,39</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>77.368,42</td> <td>5.206,28</td> </tr> </tbody> </table>					Descrição	2023	2022	Bancos	9.699,75	12.546,98	Aplicações Financeiras	523.618,65	411.064,00	Total	533.318,40	423.610,98	Participações Societárias	2023	2022	Riclan S.A. – 47,13%	91.965.344,67	77.277.394,79	Aslan Von Hausstner Empreend. e Partic. Ltda. – 50,01%	0,00	11.693.006,91	Total Participações Societárias	91.965.344,67	88.970.401,70	2023	2022	Engenho	567.622,40	567.622,40	Rua Santa Etelvina nº122 – Ubaturba	400.000,00	400.000,00	Rua 8 nº1650 apto 51 – Rio Claro	180.000,00	180.000,00	Rua 6 nº438 apto 32 – Rio Claro	400.000,00	400.000,00	Av. Independência nº1521 – Piracicaba	250.000,00	250.000,00	Piracicaba	400.000,00	400.000,00	Fazenda São Sebastião – Rio Claro	150.000,00	150.000,00	Rua D. Pedro II nº730 – Piracicaba	170.000,00	170.000,00	Rua Santa Helena – Piracicaba	200.000,00	200.000,00	Av. D. Francisca Vila Rezenda – Piracicaba	150.000,00	150.000,00	Sítio Morro Frio – Brotas	50.000,00	50.000,00	Sítio Bela Vista – Brotas	50.000,00	50.000,00	Total Imóveis	2.967.622,40	2.967.622,40	2023	2022	I/Hyundai Azera 3.0 V6	128.137,77	128.137,77	I/Honda CR-V EXL 2.0 16V	86.000,00	86.000,00	Honda Fit Exl Cvt flex GAN 8566 15/16	68.000,00	68.000,00	Tiguan 2.0 TSI Plac FLV4034	40.000,00	40.000,00	I/VW TAOS HL TSI	188.866,00	188.866,00	Total Veículos	511.003,77	511.003,77	2023	2022	95.443.970,84	92.449.027,87	Descrição	2023	2022	PIS	116,15	101,47	COFINS	536,08	468,33	IRPJ	54.818,80	1.244,09	CSLL	21.897,39	3.392,39	Total	77.368,42	5.206,28	5 – Eventos Subsequentes e Outras Informações Relevantes: Gestão de riscos financeiros: Os principais fatores de riscos que a Empresa está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais, tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes no contexto do segmento, são analisadas, planejadas estrategicamente e tratadas no modelo de gestão da Empresa. Já os riscos econômico-financeiros, são pautados pelo comportamento de variáveis econômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, entre outros fatores externos. Tais riscos são geridos por meio de políticas de acompanhamento e monitoramento determinadas pela Administração. Diante dos fatos citados, a Empresa possui uma política sólida e conservadora de gestão de recursos, instrumentos e riscos financeiros, geridas pela administração. A política desenvolvida tem como firme propósito preservar a liquidez, a solidez e garantir recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável dos negócios da empresa. São Paulo, 31 de dezembro de 2023.				
Descrição	2023	2022																																																																																																																		
Bancos	9.699,75	12.546,98																																																																																																																		
Aplicações Financeiras	523.618,65	411.064,00																																																																																																																		
Total	533.318,40	423.610,98																																																																																																																		
Participações Societárias	2023	2022																																																																																																																		
Riclan S.A. – 47,13%	91.965.344,67	77.277.394,79																																																																																																																		
Aslan Von Hausstner Empreend. e Partic. Ltda. – 50,01%	0,00	11.693.006,91																																																																																																																		
Total Participações Societárias	91.965.344,67	88.970.401,70																																																																																																																		
2023	2022																																																																																																																			
Engenho	567.622,40	567.622,40																																																																																																																		
Rua Santa Etelvina nº122 – Ubaturba	400.000,00	400.000,00																																																																																																																		
Rua 8 nº1650 apto 51 – Rio Claro	180.000,00	180.000,00																																																																																																																		
Rua 6 nº438 apto 32 – Rio Claro	400.000,00	400.000,00																																																																																																																		
Av. Independência nº1521 – Piracicaba	250.000,00	250.000,00																																																																																																																		
Piracicaba	400.000,00	400.000,00																																																																																																																		
Fazenda São Sebastião – Rio Claro	150.000,00	150.000,00																																																																																																																		
Rua D. Pedro II nº730 – Piracicaba	170.000,00	170.000,00																																																																																																																		
Rua Santa Helena – Piracicaba	200.000,00	200.000,00																																																																																																																		
Av. D. Francisca Vila Rezenda – Piracicaba	150.000,00	150.000,00																																																																																																																		
Sítio Morro Frio – Brotas	50.000,00	50.000,00																																																																																																																		
Sítio Bela Vista – Brotas	50.000,00	50.000,00																																																																																																																		
Total Imóveis	2.967.622,40	2.967.622,40																																																																																																																		
2023	2022																																																																																																																			
I/Hyundai Azera 3.0 V6	128.137,77	128.137,77																																																																																																																		
I/Honda CR-V EXL 2.0 16V	86.000,00	86.000,00																																																																																																																		
Honda Fit Exl Cvt flex GAN 8566 15/16	68.000,00	68.000,00																																																																																																																		
Tiguan 2.0 TSI Plac FLV4034	40.000,00	40.000,00																																																																																																																		
I/VW TAOS HL TSI	188.866,00	188.866,00																																																																																																																		
Total Veículos	511.003,77	511.003,77																																																																																																																		
2023	2022																																																																																																																			
95.443.970,84	92.449.027,87																																																																																																																			
Descrição	2023	2022																																																																																																																		
PIS	116,15	101,47																																																																																																																		
COFINS	536,08	468,33																																																																																																																		
IRPJ	54.818,80	1.244,09																																																																																																																		
CSLL	21.897,39	3.392,39																																																																																																																		
Total	77.368,42	5.206,28																																																																																																																		
Diretoria																																																																																																																				
Mário Schraider Junior – Diretor Presidente Jose Victor de Oliveira – Contador CRC ISP 174.873/0-0																																																																																																																				

Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
 CNPJ/MF nº 03.502.961/0001-92 – NIRE 35.300.174.551
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de fevereiro de 2024
1) Data, Hora e Local: Aos 20 de Fevereiro 2024, às 10h00 horas, na sede da Stellantis Financiamentos Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Bloco F, Andar 5 Parte, Jardim São Luis, CEP 05805-000, Cidade e Estado de São Paulo. **2) Convocação:** Dispensada, tendo em vista a presença de 100% do capital social da Companhia, conforme consta do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do disposto no § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3) Mesa:** Dominique Edmond Pierre Signora, como Presidente e Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim, como Secretária. **4) Ordem do Dia:** (i) Lavrar a ata em forma de sumário; (ii) Deliberar, sujeito à autorização do Banco Central do Brasil, sobre o aumento de capital da Companhia, atualmente de R\$ 329.755.831,86 (trezentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), para R\$ 529.755.831,86 (quinhentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e (iii) Uma vez aprovado o aumento do capital social mencionado acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia. **5) Deliberações:** Após terem sido discutidas as matérias constantes da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas pela Acionista: (i) Autorizou a lavratura desta ata em forma de sumário; (ii) Aproveu o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 329.755.831,86 (trezentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), para R\$ 529.755.831,86 (quinhentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), mediante a emissão de 182.240.423.065 (cento e oitenta e dois bilhões, duzentos e quarenta milhões, quatrocentos e vinte e três mil e sessenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, nos termos do Estatuto Social, o que foi feito conforme o Boletim de Subscrição devidamente assinado pela acionista e que constitui o Anexo II à presente ata; A Companhia foi autorizada a proceder ao depósito dos valores recebidos dos subscritores em moeda nacional em uma conta especial utilizada com o objetivo de adquirir títulos na forma estabelecida pelos regulamentos do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), em conexão com o pagamento do aumento do capital social; Diante do exposto acima, o Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade passará a vigor consoante a redação abaixo: **Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 529.755.831,86 (quinhentos e vinte e nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e um reais e oitenta e seis centavos), totalmente integralizado em moeda corrente do País e em créditos, dividido em 482.714.634.598 (quatrocentos e oitenta e dois bilhões, setecentos e quatorze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentas e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal." (iii) Em razão da alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, promover sua consolidação, para maior facilidade e clareza, nos termos transcritos no Anexo I da presente Ata. **6) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi suspensa para lavratura desta ata, que, lida, foi assinada por todos os presentes. **7) Assinaturas:** Presidente: Dominique Edmond Pierre Signora; Secretária: Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim. Acionista: Stellantis Financial Services S.A., representado por seu procurador Jean Pierre Avril. São Paulo, 20 de fevereiro de 2024. **Confere com o original lavrado em livro próprio. Carolina Alexandra Mazmanian Bonfim** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 213.008/24-5 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

PP-BIO Administração de Bem Próprio S.A.									
CNPJ (ME) nº 09.286.655/0001-42									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2023 E 2022 (Em Milhares de Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS									
ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022				
Ativo circulante	612	383	Passivo circulante	1.840	2.397				
Aplicações equivalentes de caixa	324	-	Outras obrigações	1.840	2.397				
Cotas de fundos de investimentos	324	-	Demais impostos e contrib. a recolher	3	5				
Títulos e valores mobiliários	256	172	Provisões para pgtos. a efetuar	1.837	36				
Outros títulos de renda fixa	256	172	Diversos	-	2.356				
Outros créditos	32	211	Passivo não circulante	3.420	-				
Créditos tributários	33	-	Exigível a longo prazo	3.420	-				
Diversos	(1)	211	Outras obrigações	3.420	-				
			Diversos	3.420	-				
			Patrimônio líquido	(2.242)	(1.974)				
Ativo não circulante	2.406	40	Capital:	6.817	6.817				
Imobilizado de uso	2.406	40	De domiciliados no país	8.184	8.184				
Outros bens do imob de uso	11.079	8.379	(Capital a realizar)	(1.367)	(1.367)				
(Depreciações acumuladas)	(8.673)	(8.339)	Lucros / (prejuízos) acumulados	(9.059)	(8.791)				
			Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(2.242)	(1.974)				
Total do ativo	3.018	423	Total do passivo e PL	3.018	423				
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									
				2023	2022				
Despesas/Receitas Operacionais				(344)	(19)				
Despesas Gerais e Administrativas				(337)	(20)				
Outras despesas administrativas				(334)	-				
Despesas tributárias				(3)	(1)				
Despesas de depreciação e amortização				-	(19)				
Outras Receitas Operacionais				-	1				
Outras Despesas Operacionais				(7)	-				
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos				(344)	(19)				
Resultado Financeiro				76	8				
Receitas Financeiras				76	8				
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez				60	-				
Rendas de títulos e valores mobiliários				14	8				
Variações monetárias e cambiais Ativas				2	-				
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro				(268)	(11)				
Resultado Líquido das Operações Continuadas				(268)	(11)				
Prejuízo do Período				(268)	(11)				
Nº de Ações				8.184.193	8.184.193				
Lucro (prejuízo) por Ação:				(0,033)	(0,001)				
DIRETORIA									
Reinaldo Dantas - Contador - CRC-ISP 110330/0-6									

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Concessionária de Rodovias Tebe S.A.

CNPJ Nº 02.380.162/0001-28 - NIRE: 35.300.153.979
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no Dia 29 de Abril de 2024
1 – Data, Hora e Local: Em 29/04/2024, às 11:30 horas, na sede social da Concessionária de Rodovias Tebe S.A. ("Companhia") (realizada por vídeo conferência), localizada na Rodovia Brigadeiro Faria Lima, Km 382+982m – Pista norte - CEP 14.713-000, no município e comarca de Bebedouro, Estado de São Paulo. **2 – Presença e Convocação:** Compareceram à presente assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia, representando assim a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas, estando dispensada a convocação, na forma do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976. **3 - Publicações:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, foram publicados no dia 26 de março de 2024, no Jornal Folha de São Paulo. Os acionistas presentes também declararam ter recebido cópias dos referidos documentos previamente à Assembleia. **4 – Composição da Mesa:** Presidente: José Lúcio Rezende Filho; Secretária: Sílvia Vilela Miari Paulino. **5 – Ordem do Dia:** (I) Apreciar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (II) Reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; (III) Retificar a remuneração global da Diretoria Executiva referente ao ano de 2023 e fixar a remuneração anual global da Diretoria Executiva para o ano de 2024; **6 - Deliberações:** Após discutirem as matérias constantes na Ordem do Dia, os acionistas presentes tomaram as seguintes deliberações, todas por unanimidade de votos: (I) Aprovar, sem restrições ou ressalvas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (II) Reeleger os seguintes membros para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado da presente data até 30 de abril de 2025: (a) – **Sílvia Vilela Miari Paulino**, brasileira, casada, arquiteta, portadora do RG nº M-1.072.468, expedido pela SSP/MG, registro profissional nº 35.611/D expedida pelo CREA/MG, inscrita no CPF sob o nº 731.173.586-68, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, na Rua Ajax Correa Rabelo, nº 275 - Bairro Mangabeiras, CEP 30.210-040; (b) – **José Lúcio Rezende Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº M-926.647, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 491.950.426-87, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, na Rua Rio de Janeiro nº 2000 – apto. 1801 – Bairro Lourdes, CEP 30.160-046; (c) – **Deiro Broseghini Braga**, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, portador do RG nº M-149933, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 062.393.586-49, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, na Rua Joaquim Murtinho 118 – apto. 301 - Bairro Santo Antonio, CEP 30.350-050. (d) – **André Miari Paulino**, brasileiro, administrador, casado, titular da Cédula de Identidade nº MG 14.362-954, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 099.375.676-02, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, na Rua Ajax Correa Rabelo, nº 275 - Bairro Mangabeiras, CEP 30.210-040. Os membros eleitos declararam, para todos os fins e sob as penas da lei, não serem ou estarem impedidos, por lei especial, de exercer administração de sociedade, e nem terem sido condenados (ou se encontrarem sob efeito de condenação) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, §1º, da Lei nº 6.404/1976, conforme declaração de desimpedimento assinada em anexo, ficando investidos nos cargos imediatamente. Os membros do Conselho de Administração da Companhia, acima citados, serão empossados nos seus cargos, mediante assinatura do Termo de Posse lavrado no livro competente. (III) Retificar a remuneração anual global da administração aprovada para o ano de 2023 em até R\$ 2.565.562,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais), para em até R\$ 2.636.046,56 (dois milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e dois reais), e fixar a remuneração anual global da administração para o ano de 2024 em até R\$ 2.651.995,35 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos). **7 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Decorrido o tempo necessário, foi lavrada a presente ata em forma de sumário, (§ 1º, do art. 130 da Lei nº 6.404/1976) que, lida e aprovada, vai assinada pela mesa diretiva e pelos acionistas presentes e arquivada na Companhia. **Mesa:** José Lúcio Rezende Filho - Presidente; Sílvia Vilela Miari Paulino - Secretária. **Acionistas:** Torc - Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda. - Sílvia Vilela Miari Paulino; Santo Antonio Do Bonsucesso Participações Societárias S/A. - José Lúcio Rezende Filho; CL Empreendimentos e Construções Ltda. - EPP - Lúcio Flávio Botelho Cançado. Jucesp nº 210.206/24-0 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Agroindustrial Vista Alegre S.A.

CNPJ Nº 44.836.856/0001-77 - NIRE 35.300.449.932
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de Novembro de 2023
Data, Hora e Local: Aos 22 dias do mês de novembro de 2023, às 10h, na sede social da Companhia, situada na Fazenda Vista Alegre, s/n, Bairro Pinhal, CEP. 18.209-600, Município de Itapetininga, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação pela presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, na forma do disposto no art. 124, § 4º, da Lei 6.404/1976, conforme assinaturas lançadas na presente ata e no Livro de Presença de Acionistas, verificadas pelo Secretário da Assembleia. **Mesa:** Presidente, Dr. Manuel Rodrigues Tavares de Almeida Filho; Secretário, Dr. Antonio Carlos de Lauro Castrucci. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia, com a admissão de novo acionista, por meio da capitalização de recursos já depositados pelo referido novo acionista; e (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, e colocada a ordem do dia à deliberação dos acionistas, estes decidiram aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, o aumento do capital social da Companhia em R\$ 88.000.000,00 [oitenta e oito milhões de reais], mediante a emissão de 326.667 novas ações, sem valor nominal, ora integralmente subscritas a serem integralmente integralizadas com valores anteriormente enviados à título de adiantamento para futuro aumento de capital, no citado valor, conforme boletim de subscrição, com a expressa renúncia pelos demais acionistas de participar no aumento do capital social deliberado, renunciando, assim, ao seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas. Referidas novas ações emitidas serão integralizadas mediante a capitalização dos valores aportados pela nova subscritora na Companhia. Com o aumento do capital social deliberado, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigor com a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 158.189.339,63 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta e três centavos), representado por 660.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." Os acionistas deliberaram, ainda, autorizar a execução, pela administração da Companhia, de todos os atos necessários e/ou relevantes para o registro da emissão das novas ações, sua subscrição e integralização. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, finalizada, foi por todos lida e achada conforme, pelo que segue assinada. **Mesa:** Manuel Rodrigues Tavares de Almeida Filho - Presidente; Antonio Carlos de Lauro Castrucci - Secretário. **Acionistas:** Tavares de Almeida Participações Ltda. p. Manuel Rodrigues Tavares de Almeida Filho; Agrícola Almeida Ltda. - p. Fernando Eduardo Amado Terzi, Paulo de Oliveira Camargo. Declaro estarem presentes os acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Antonio Carlos de Lauro Castrucci - Secretário. Jucesp nº 44.872/24-0 em 01/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Linha Universidade Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 35.310.646/0001-50 - NIRE 35.300.543.823
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de Abril de 2024
Data, Hora e Local: Aos 29 dias de abril de 2024, às 10h00, na sede da Linha Universidade Investimentos S.A., localizada na Rua Olimpiadas, nº 134, conjunto 72, sala 1, 7º andar, Condomínio Alpha Tower, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 04551-000 ("Companhia"). **Presenças:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, representando 100% (cem por cento) do capital social com direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Presidente: Juan Antonio Santos Paz; e Secretário: Fernando Minguez Lorente. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) tomada de contas dos administradores; (ii) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovado por unanimidade que a presente ata fosse lavrada na forma sumária, conforme autorizado pelo Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Ato seguinte, após leitura, análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovadas as seguintes matérias, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (a) Aprovar, integralmente e sem reservas, as contas da administração da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (b) Aprovar, integralmente e sem reservas, o balanço patrimonial, a demonstração de resultados e demais demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, ora anexadas (**Anexo II**); (c) Aprovar a proposta de destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no montante total de R\$ 7.916.977,54 (sete milhões, novecentos e dezesseis mil, novecentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 395.857,41 (trezentos e noventa e cinco mil e oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos), para constituição da reserva legal da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei das S.A.; e (b) o valor remanescente do resultado da Companhia, incluindo o dividendo mínimo obrigatório, será retido em reserva de lucros, de modo que, em 2024, o valor destinado à reserva de lucros será de R\$ 7.521.120,13 (sete milhões e quinhentos e vinte e um mil, cento e vinte reais e treze centavos); (d) A reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia todos com prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, a contar da presente data, sendo permitida a reeleição: (a) **André Lima de Angelo**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do documento de identidade brasileiro nº: 5050645539-SSP/PC RS, inscrito no CPF/ME sob o nº 644.433.370-91, com domicílio profissional na Rua Olimpiadas, nº 134, 7º andar, Vila Olimpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-000; (b) **Antonio Pérez de Arenaza Lamana**, espanhol, casado, engenheiro, portador do documento de identidade espanhol, nº. 05.421.316-D, com endereço comercial na Avenida Europa, nº. 20, Alcobendas, Madrid, Espanha; (c) **Pedro Mengotti Fernández de Los Ríos**, espanhol, casado, engenheiro industrial, portador do documento de identidade espanhol nº. 33990891L, domiciliado à Rua Olimpiada, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olimpia, CEP 04551-000; (d) **Manuel Torres Barreiro**, espanhol, casado, engenheiro, portador do documento de identidade espanhol, nº. 05.278.355-Q, com endereço comercial na Avenida Europa, nº. 20, Alcobendas, Madrid, Espanha; e (e) **Antoine Colas**, francês, casado, administrador, portador do passaporte francês nº N20DH16235, com endereço comercial na Allée de Grenelle, 3 - 92130 Issy-les-Moulineaux, França para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia. Os Conselheiros ora eleitos tomarão posse de seu cargo na presente data, mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, cuja cópia segue anexa à presente ata (**Anexo I**) e cada um declara, sob as penas da lei, para fins do parágrafo primeiro do Artigo 147, da Lei das Sociedades por Ações, não estar incurso em nenhuma das hipóteses previstas em lei que o impeça de exercer as funções de membro do Conselho de Administração da Companhia. Diante das deliberações acima, ratifica-se a composição do Conselho de Administração da Companhia, que passa a ser composto pelos seguintes membros:
Membros do Conselho de Administração
 André Lima De Angelo - Até 29/04/2027
 Antonio Pérez de Arenaza Lamana - Até 29/04/2027
 Pedro Mengotti Fernández de Los Ríos - Até 29/04/2027
 Manuel Torres Barreiro - Até 29/04/2027
 Antoine Colas - Até 29/04/2027
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisese fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Juan Antonio Santos Paz - Secretário: Fernando Minguez Lorente. **Acionistas:** Acciona Concesiones S.L.; Transdev LATAM. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 29 de abril de 2024. **Mesa:** Juan Antonio Santos Paz - Presidente; Fernando Minguez Lorente - Secretário. Jucesp nº 209.609/24-2 em 23/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Lazarm-MDS Corretora e

Administradora de Seguros S.A.

CNPJ/ME nº 48.114.367/0001-62 - NIRE 35.300.335.228
Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de Abril de 2024
Data, Hora e Local: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, escritório nº 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **Quorum:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tomando-se dispensável a convocação de editais, conforme autoriza o § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: José Manuel Queiroz Dias da Fonseca; Secretário: José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Ordem do Dia:** (I) Apreciar, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes, assim como as Demonstrações Financeiras e respectivas notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (II) Deliberar sobre a destinação do prejuízo da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (III) Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, até a próxima Assembleia Geral Ordinária e (IV) Reeleger os membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Por unanimidade dos Acionistas presentes e com a abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: (I) Aprovar, as contas dos administradores, o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras e respectivas notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, publicados no dia 24 de abril de 2024, no Jornal Data Mercantil; (II) Aprovar e destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 56.595.262,70 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta centavos) na forma que se segue: a. Destinar o montante de R\$ 2.122.323,10 (dois milhões, cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte e três reais e dez centavos) correspondente à 5% do lucro líquido, para Reserva Legal, observado o limite fixado pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76; b. Destinar o montante restante de R\$ 40.324.138,93 (quarenta milhões trezentos e vinte e quatro mil, cento e trinta e oito reais e noventa e três centavos) para Reservas de Retenção de Lucros. (III) Fixar a remuneração global e anual dos administradores da Companhia em até R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), até a AGO de 2025. (IV) Reeleger como membros do Conselho de Administração, com mandato até a AGO de 2026, mantida a remuneração deliberada no item anterior, os Srs.: a. **José Manuel Queiroz Dias da Fonseca**, português, casado, administrador, portador do bilhete de identidade nº 3.438.301, por Lisboa, residente na Avenida da República, nº 779, 10B, Matosinhos, Portugal, como Conselheiro Presidente, b. **Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos**, português, casado, gestor de empresas, cartão cidadão nº 10123109, morador em Rua Estevão da Gama, nº 52, 4405-639 Vila Nova da Gaia, Portugal, c. **José Diogo Carneiro de Araújo e Silva**, português, casado, gestor de empresas, cartão cidadão nº 10809973, emitido pelas competentes entidades da República Portuguesa, morador na Rua das Molas, nº 164,5150-520, Porto Portugal. Os termos de posse estão devidamente assinados e arquivados na sede da Companhia. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no artigo 134, §1º, da Lei 6.404/76. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: José Manuel Queiroz Dias da Fonseca; Secretário da Mesa: José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Acionistas:** MDS Corretora de Seguros S.A., representado por José Manuel Queiroz Dias da Fonseca e MDS SGPS S.A., representado por José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Pdclaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo (SP), 30 de abril de 2024. **José Manuel Queiroz Dias da Fonseca** - Presidente da Mesa; **José Diogo Carneiros de Araújo e Silva** - Secretário da Mesa. **Acionistas:** MDS Corretora de Seguros S.A.; José Manuel Queiroz Dias da Fonseca; MDS SGPS S.A.; José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. Jucesp nº 213.123/24-1 em 28/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

